

A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

FLÁVIA TRINDADE¹; KELIN VALEIRÃO³

¹Universidade Federal de Pelotas – flaviaftrindade@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – kpaliosa@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a análise do último dispositivo biopolítico, a governamentalidade neoliberal, trabalhado no curso ministrado por Foucault no Collège de France no ano de 1979, intitulado **Nascimento da Biopolítica¹ (1978-1979)**. O conceito de biopolítica no pensamento de Paul-Michel Foucault é esmiuçado sobretudo nos escritos de 1974 a 1979. Neste intervalo cronológico podemos detectar cinco dispositivos, a saber: o poder medical, o dispositivo de raça, o dispositivo de sexualidade, o dispositivo de segurança e a governamentalidade neoliberal; este último será abordado nesta pesquisa. O presente trabalho está inserido na área das Ciências Humanas, na área específica de Filosofia, centrando-se na problematização: Como o liberalismo se coloca como necessário para uma melhor compreensão da biopolítica? Para tanto o trabalho irá se debruçar sobre o curso supracitado, além de buscar comentadores que possam auxiliar na análise. O trabalho abordará o estudo da governamentalidade neoliberal por meio das duas vias que Foucault nos fornece, a saber: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano. Para com isso demonstrar como se dá esse jogo econômico com os indivíduos da sociedade, e cruzar tal prática com a biopolítica.

2. METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se no estudo bibliográfico do curso **Nascimento da Biopolítica**, de Michel Foucault. Como técnica de estudo foi adotado o fichamento, partindo de cada aula do curso e apresentando os principais tópicos abordados pelo filósofo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Michel Foucault inicia o curso, **Nascimento da Biopolítica**, situando-o como uma continuidade da reconstrução de uma história onde objetivou estudar a arte de governar o “melhor possível e da melhor maneira possível”. Segundo Foucault, o governo do Estado deve respeitar certos princípios e regras que lhe são exteriores (leis divinas, morais, naturais), situando os séculos XVI e XVII como marcados pelo fato da razão jurídica tentar limitar os objetivos ilimitados da Razão de Estado de forma extrínseca à mesma. E, expondo uma transformação que vai caracterizar o que poderia se chamar de Razão governamental moderna, que consiste na instauração de um princípio de limitação da arte de governar que lhe é intrínseca, uma regulação interna da racionalidade governamental. Essa nova arte de governar será caracterizada pela instauração de mecanismos ao mesmo tempo “internos, numerosos e complexos”, que tem como função limitar internamente o exercício do poder de governar. O aparecimento de tal economia política e o problema do governo mínimo eram duas ações interligadas pelo

¹ Título original: *Naissance de la Biopolitique*.

mercado, que nos séculos XVI e XVII funcionou como um lugar de justiça. Nesse ponto em que a mudança surgiu em meados do século XVIII como, de um lado, obediência – devendo obedecer a mecanismos naturais/espontâneos e, por outro lado, lugar de verdade. Já não carregará o signo, em absoluto, dessas conotações de justiça, mas, será certo preço que vai oscilar em torno do valor do produto. O que muda nesse meado do século XVIII com a formação dessa nova razão governamental é a liberdade de mercado. Esse jogo econômico, segundo Foucault, é o tema principal do liberalismo e a abertura do mercado mundial que irá permitir a diversidade do jogo econômico e a prevenção de consequências conflituosas. As características fundamentais do liberalismo, segundo Foucault, são: a veridicação do mercado, a limitação pelo cálculo de utilidade governamental e a posição da Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial. A nova razão governamental de um lado, fabrica liberdade, o que implica que, do outro lado, sejam estabelecidas limitações, controles apoiados em ameaças, etc. O princípio de cálculo é a segurança – proteger o interesse coletivo dos interesses individuais, e vice-versa – tendo como consequências: o estímulo ao perigo, o panoptismo e as crises de governamentalidade. A programação liberal se apresenta na nossa época sob duas formas principais a dos EUA e a da Alemanha, Foucault intenta demonstrar conexões entre as duas, começando pelo ordoliberalismo alemão.

Foucault situa o Abril de 1948, período pós-guerra, onde se tinha na Alemanha as exigências de reconstrução, planificação e objetivos sociais, implicando numa política de intervenção na acomodação de recursos, no equilíbrio financeiro, etc. Forma-se junto à administração alemã da economia um conselho científico que pede a liberação imediata dos preços com o intuito de se aproximar dos preços mundiais. Ludwig Erhard profere um discurso onde defende que: somente um Estado que estabeleça ao mesmo tempo as liberdades e as responsabilidades dos cidadãos pode legitimamente falar em nome do povo. (FOUCAULT, 2008). Quer dizer, de um modo simples: um estado perde sua legitimidade e direitos representativos acaso viole a liberdade dos indivíduos. E, em um sentido mais amplo: não é possível exigir uma legitimidade jurídica na medida em que não há aparelho, não há um consenso coletivo que possa ser colocado, não há legitimidade jurídica para fundar um novo Estado alemão. Segundo Foucault, a instituição da liberdade econômica funcionará, de certo modo, como um gatilho para a formação da soberania política garantindo a liberdade econômica da Alemanha. Tal atividade econômica não foi apenas um dos ramos da atividade da nação produziu legitimidade para o Estado e é criadora do direito público. O que também garantia aos americanos que poderiam ter as relações econômicas que quisessem escolher e não apresentava os perigos do Estado totalitário anterior. Segundo Foucault, os neoliberais alemães tinham três coisas a fazer: i) definir um objetivo; ii) definir o campo de adversidade e, em complementaridade e solução aos dois primeiros; iii) distribuir/redistribuir os recursos conceituais e técnicos que tinham a disposição. E também três obstáculos, desde o século XIX: a economia protegida, o socialismo de Estado, a economia planificada e as intervenções de tipo keynesiano. Foucault afirma que não existe uma descontinuidade entre esses elementos e que o nazismo, de certa forma, fundiu tais elementos. O golpe dos neoliberais nessa época foi manter o silêncio, não alertar que isso era uma fusão entre sistemas heterogêneos e que o nacional-socialismo era “o produto de um estado de crise extrema”. Segundo os ordoliberais da época, qualquer governo que adotasse um dos já referidos obstáculos, acabaria tendo como consequência os demais, pois, apesar de

heterogêneos são internamente ligados. Por fim, Foucault apresenta os três deslocamentos que, segundo ele, os ordoliberais realizaram e que são de suma importância para a compreensão do liberalismo atual; a saber: 1º) da troca à concorrência como princípio do mercado, em outras palavras, tira-se a intervenção do Estado, uma dissociação entre, a economia de mercado, o princípio econômico do mercado e o princípio político do *laissez-faire*, vai portanto se situar sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente; 2º) questão das ações conformes sendo bifurcado em: ações reguladoras – intervenção nos processos econômicos objetivando a estabilidade dos preços, e ações ordenadoras – intervém nas condições do mercado, e, por fim, 3º) política social, economia de bem-estar concebida de três modos: i) como contrapeso de processos econômicos selvagens onde se admite desigualdade; ii) utiliza como instrumento o consumo socializado; iii) admite que quanto maior o crescimento maior a política social. Estes três elementos logo foram colocados em xeque, resumindo a política social ao crescimento econômico.

Michel Foucault começa então a delinear o neoliberalismo norteamericano, apresentando seus três principais elementos de contexto desse desenvolvimento que foram, a saber: o New Deal, os pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal através dos programas econômicos e sociais. Nos Estados Unidos o liberalismo é toda uma forma de ser e pensar, que entre os indivíduos e o governo adquire, ao contrário, o aspecto do problema das liberdades, como estilo geral de pensamento, de análise e imaginação. Foucault apresenta dois elementos que são métodos de análise na concepção liberal norteamericana, a saber: a teoria do capital humano e o programa da análise da criminalidade e da delinquência. Começando pela teoria do capital humano, é importante, primeiramente, se ter bem claro a economia como ciência do comportamento humano como uma relação entre fins e meios raros que tem usos mutuamente excludentes. O trabalhador deve ser entendido, segundo Foucault, como uma máquina, mas em um sentido positivo, sendo uma máquina que vai produzir fluxos de renda. O *homo oeconomicus* gerencia a si próprio, surge como uma espécie de empresa para si mesmo, sendo ele próprio seu capital. A formação de capital humano irá produzir espécies de competência-máquina como, por exemplo, o tempo que os pais consagram aos filhos e o resultado futuro positivo dessa dedicação. A forma geral do mercado se torna instrumento, uma ferramenta de discriminação no debate com a administração, sendo uma espécie de tribunal econômico permanente frente ao governo. E em segundo lugar a oferta do crime e o enforço, dois aspectos que se encontram na análise de certos neoliberais fizeram da criminalidade, do funcionamento a justiça penal que o custo fosse o mais baixo possível no fim do século XVIII início do XIX. A lei tem por característica sancionar atos, porém punir indivíduos, almejando sua tendência individualizante da aplicação da lei e o crime é a ação que o indivíduo comete assumindo o risco de ser punido pela lei, é apenas mais uma oferta do mercado.

Todos esses problemas giram em torno da noção do *homo oeconomicus*, em que medida é legítimo aplicar o modelo do *homo oeconomicus* a cada indivíduo, não só econômico, mas social. “Toda conduta que aceite a realidade – deve poder resultar de uma análise econômica. O *homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade” (FOUCAULT, 2008, 368). A conduta racional é toda conduta que possa sofrer transformações nas variáveis do meio e que responde de forma sistemática. Deixa-se o *homo oeconomicus* fazer, sendo sujeito ou objeto do *laissez faire*. Segundo Foucault, a emergência da noção de *homo oeconomicus* representa uma forma de desafio político à concepção jurídica, do

soberano: ele poderá mexer em tudo, menos no mercado. A primeira solução a esse processo consistiria em limitar a atividade do soberano a tudo o que não seja o mercado, mantendo assim a forma da razão de Estado e fazendo simplesmente uma subtração do campo econômico. A segunda solução seria a dos fisiocratas, consiste em manter toda a extensão da esfera de atividade da governamentalidade, mas em modificar em seu fundo a própria natureza da atividade governamental, e de atividade governamental ela se torna passividade teórica.

Para que a governamentalidade possa conservar seu caráter global sobre o conjunto do espaço de soberania para manter, ao mesmo tempo, a unidade da arte de governar, sua generalidade sobre o conjunto da esfera da soberania, para que a arte de governar conserve a sua especificidade e sua autonomia em relação a uma ciência econômica, para responder a essas três questões é preciso dar a arte de governar um campo de referência novo, uma realidade nova sobre a qual se exercerá a arte de governar e esse campo de referência novo; é aí que se insere a sociedade civil. A sociedade civil é o correlativo de uma tecnologia de governo cuja medida racional deve-se indexar-se juridicamente a uma economia entendida como processo de produção e de troca. O *homo oeconomicus* e a sociedade civil são dois elementos indissociáveis. Logo, *homo oeconomicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal. A sociedade civil é a articulação da história com o vínculo social e permite definir uma relação interna e complexa entre o vínculo social e a relação de autoridade na forma de governo.

4. CONCLUSÕES

No presente curso o filósofo nos apresenta como o mercado passou de um lugar de jurisdição a um lugar de veridicação, e como essa mudança auxiliará a legitimação do Estado alemão que se encontrava destruído no período pós-guerra. O filósofo francês nos elucida que os preceitos pelos quais foi criado o Estado nazista foram às próprias teorias dos neoliberais alemães, os quais se calaram durante o regime totalitário e após 1948 fazem uma inversão das teorias econômicas tradicionais e, como o regime nazista era tido pelos neoliberais alemães com o máximo da estatização, buscam colocar o mercado acima do Estado, dando poder político ao mesmo e nascendo assim a já conhecida visão negativa do capitalismo. O segundo movimento que o filósofo expõe é o neoliberalismo norteamericano, onde o liberalismo se apresenta por meio de uma noção muito importante: a de capital humano. Temos cada indivíduo gerenciando a si próprio como se fosse uma empresa. O indivíduo é o seu próprio capital. Daí entramos na noção de *homo oeconomicus* como o indivíduo que gerencia a si próprio nesse espaço onde quem governa não é mais um soberano, mas o mercado. Teremos no jogo econômico também um jogo de liberdades, pois, de um lado, um Estado dominado pelas regras do mercado, um Estado que não interfere nas regras do mercado. E, do outro lado, o *homo oeconomicus* que tem de gerenciar a si próprio e trabalhar de acordo com as regras do mercado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LAGASNERIE, G. **A última lição de Foucault.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.